

*“...mas  
que crise é esta?”*

*“...mas  
que crise é esta?”*

# PREÂMBULO

A Comissão Directiva da ID pensou que um debate sobre a crise económica que, com maior ou menor intensidade, vem abrangendo praticamente todo o mundo, seria de muito interesse e de grande oportunidade. Aliás vários associados tinham suscitado esta questão como sendo uma imperiosa necessidade.

Considerou-se que a abordagem deste assunto não podia limitar-se às apreciações conjunturais ou à superfície dos fenómenos, como é timbre da economia burguesa e de quantos, comentadores, ensaístas, politólogos, que são a voz dos poderes e do pensamento dominantes.

Seria necessário apreciar a crise com referência aos aspectos estruturais do funcionamento da sociedade capitalista, à natureza cíclica das suas crises e às contradições deste modelo de sociedade. O estágio de desenvolvimento do imperialismo, no âmbito de um fortíssima financeirização das economias e das suas interpenetrações no que comumente tem sido designado por globalização, não podia deixar de ser contemplado na avaliação das causas da(s) crise(s) e no equacionar das suas possíveis evoluções.

Daí que o Debate pretendido devesse ser balizado por intervenções de economistas de formação marxista. Os doutores Carlos Carvalhas e Carlos Pimenta prontamente acederam ao nosso convite.

O leitor apreciará as suas intervenções, tendo nós a certeza de que colherá valiosos ensinamentos.

Sabíamos que muitos amigos se encontram algo perplexos e confusos (em matéria que é indiscutivelmente complexa) com as opiniões aligeiradas que inundam os órgãos de comunicação social e com a inconstância das acções oficiais, mais apostadas em salvar os banqueiros e o grande capital, do que em contrariar a crise no interesse dos povos. E o que vai no nosso País ...

Por isso pensámos que este Debate de Intervenção Democrática deveria ser simultaneamente informativo e formativo. Julgamos que esta perspectiva foi bem conseguida, especialmente pela forma didáctica que caracterizou as intervenções dos dois oradores convidados. Por tal motivo, na adequação à linguagem escrita que dá forma ao presente Caderno da ID, procurou manter-se o tom de oralidade das intervenções de Carlos Pimenta e de Carlos Carvalhas.

A ambos a Intervenção Democrática expressa publicamente a sua satisfação por ter podido contar com tão valiosas colaborações e agradece o esforço dispendido e a tão fraterna disponibilidade para intervirem nesta iniciativa.

*Lisboa, Março de 2010*  
*A Comissão Directiva*

# INTERVENÇÕES INICIAIS

## *Carlos Pimenta*

1. Ao começar gostava de manifestar a muita satisfação em estar neste debate. Faço-o inclusive com alguma emoção, porque vim encontrar pessoas que não via há trinta e tal anos. Sou de Lisboa, vivi em Lisboa, e encontrámo-nos muitos de nós no MDP, noutras lides políticas, na academia, em muitos recantos desta cidade, com senha e contra-senha. Vários factores fizeram com que fosse para Paris, depois de Paris para o Porto. Mas, queiramos ou não, Lisboa continua a ser a capital, o local onde muito da política acontece. Talvez não seja tanto assim, mas com a saída da capital quase espontaneamente fiquei afastado da convivência e das relações com uma série de amigos que vim aqui encontrar, alguns que, pelo rosto, me recordo bem, outros cujos nomes ainda me vêm à cabeça. Por isso, também por isso, é com muito prazer que estou aqui.

2. Gostaria de fazer algumas observações prévias antes de entrar no tema. E sobre este não sei se vos vou dizer alguma coisa de novo. Esta questão da crise tem sido bastante debatida, e se muitas asneiras foram ditas, também muito boas análises, descritivas ou interpretativas, têm sido apresentadas.

O primeiro reparo é exactamente sobre a minha formação marxista. O Herberto telefonou-me a dizer que estava a fazer o comunicado sobre esta sessão e se eu não me importava de ser referenciado como “economista marxista”. Com certeza que não, respondi-lhe.

Eu acho que quem alguma vez leu Marx, o próprio Marx ou Engels (não os divulgadores do Marx, pois sobre estes tenho a opinião de que são os maiores adulteradores do marxismo, propositadamente ou tão somente porque tornaram simplório e linear o que era dialéctico e complexo), quem estudou, Marx e

quem procurou interpretá-lo, inevitavelmente transportará Marx por toda a vida.

Em primeiro lugar porque é uma leitura da sociedade que observa o concreto, como totalidade, e a abstracção, como momento de compreensão metafenomenológica desse concreto, com uma riqueza epistemológica extremamente grande.

Depois porque a teoria do valor (núcleo duro da Economia Política desde Ricardo, que a determinada altura, nos meios académicos, foi relativamente esquecida e considerada superada) continua a ser o centro do pensamento económico nas diversas correntes e a teoria do valor trabalho de Marx continua a ser uma referência imprescindível, seja-se marxista, *latus sensus*, ou não, para se compreender o mundo.

Além disso, um ensinamento fundamental para todos nós economistas ou trabalhadores das ciências da realidade humana é a assunção de que todo o conceito, toda a categoria económica, todas as palavras que nós usamos na Economia, mais do que palavras, mais que conceitos, são realidades sociais que exprimem as relações entre os homens, as condições de vida de cada um de nós.

Finalmente refira-se a riqueza imprescindível do materialismo dialéctico, que continua, digamos assim, a traçar novos rumos ao pensamento.

Curiosamente, quando li o Capital, quer por prazer, quer por funções académicas, esta componente da dialéctica foi sempre uma vertente particularmente importante para mim. Dá-nos a capacidade de ver todas as forças em presença, as suas complementaridades e contradições. Por isso, na altura fiquei sempre com uma certa angústia do materialismo dialéctico não ter uma formalização tão rigorosa como outro tipo de lógicas tinham (as lógicas matemáticas estavam na moda). Vim depois, passados uns anos, a encontrar na chamada lógica paraconsistente exactamente a formalização matemática da teoria da contradição e da lógica dialéctica. Por tudo isto, e não só, mesmo reconhecendo noutros autores, noutros economistas e

noutros filósofos referências fundamentais na construção do meu pensamento, Marx e Engels têm obviamente um papel particularmente destacado e devo-lhes muito da minha própria personalidade, da minha maneira de pensar.

Acrescente-se a propósito disso que também esta ligação a Marx para mim significa uma outra coisa: recordar um homem (que foi muito esquecido), a quem devo muito da minha formação: Armando Castro. Um homem que nos deixou um legado científico, sobretudo na História, na História Económica e na Epistemologia, de enorme valia. Um homem que não encontrou nos descendentes e na sociedade uma estatura moral e científicas similar à sua.

3. Passemos à nossa temática. O desafio que me foi proposto, saber se estamos perante uma crise estrutural ou conjuntural, coloca-me vários problemas. Pretendo começar por reflectir um pouco sobre eles, antes de entrar propriamente na análise desta crise. Nós estamos habituados a raciocinar dicotomicamente e nessa base bipolar nós temos a palavra “estrutural” para referir a tendência de longo prazo, que se manifesta de determinada forma, e a palavra “conjuntural” para referir tudo aquilo que é mais de curto prazo. A adopção desta diferença entre estrutural e conjuntural leva, consequentemente, a um velho conflito insolúvel: é a estrutura, a grande tendência, que determina cada momento, é a estrutura que determina a conjuntura, ou é a conjuntura, com as suas especificidades, que vai determinar, através das acções que gera, o que vai ser o futuro, como se constrói o futuro e, portanto, determinar a estrutura. E esta discussão entre quem determina quem, entre o que é estrutura ou conjuntura, é um falso problema.

A realidade é una, a realidade tem uma determinada dinâmica, que é simultaneamente oscilatória e tendencial e foi por simplificação intelectual que nós nos habituamos a considerar a tendência de longo prazo como a estrutura e, depois, aquilo que acontece no curto prazo, as “anomalias” (passe o termo) de curto prazo como as questões conjunturais. Eu creio que há uma ligação dialéctica entre os tradicionais conceitos estrutural e conjuntural, que faz com que eles constituam um todo, o que não é mais do



que a complementaridade e o conflito entre a capacidade de o homem fazer a história e de ser determinado pela história.

Portanto eu, apesar de muitas vezes, inclusive no livro que há bocado foi referido e que vai servir de referência à minha intervenção (Pimenta, Carlos - *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004. ISBN: 972-8610-27-0), utilizar muitas vezes também esta terminologia, que é simples, mas também relativamente simplista, tenho a consciência que é uma terminologia, e sobretudo uma conceptualização inadequada: toda a conjuntura molda a estrutura e toda a estrutura influencia e condiciona a conjuntura. Provavelmente o que nós queremos saber é se estamos perante uma crise, ou um momento conjuntural, em que se vão mudar os modelos de referência do funcionamento da economia ou se, pelo contrário, estamos perante uma crise passageira, parcial, que vai deixar o futuro do funcionamento da economia, pelo menos o futuro imediato, com o mesmo tipo de características, com o mesmo tipo de tendências, com o mesmo tipo de modelos de referência que nós conhecíamos anteriormente.

Uma outra hipótese de terminologia, é saber se esta fase conjuntural que temos vivido é uma “crise geral” ou uma “crise parcial”. Consideramos que esta terminologia também reflecte uma problemática mal colocada: o geral e o parcial são faces da mesma dinâmica.

À margem dessa discussão, o que sabemos (e não é preciso dizer mais do que isso) é que estamos perante um fenómeno de crise de grande intensidade, estamos perante um fenómeno de crise que acumulou e concentrou erros sistemáticos, formas de funcionamento da economia profundamente gravosas para o crescimento económico em geral e para as condições de vida das populações. Estamos perante aquilo que se pode designar por uma crise de sobreprodução, uma crise em que há inevitavelmente uma destruição brutal de capital, a nível de cada país e a nível mundial.

4. É com as dúvidas sobre a “conjuntura” e a “estrutura” e sobre “crise geral” e “crise parcial”, e com a convicção que essas não

são as problemáticas mais adequadas para abordar as nossas temáticas, que vou tentar dar um enquadramento à crise que actualmente vivemos. Mais do que descrições detalhadas e muitos dados, eu pretendo sobretudo levantar uma série de situações, remetendo para o debate as análises de pormenor.

Este meu livro, anteriormente referido, foi publicado em fins de 2004 e visava perceber quais eram as características fundamentais da última fase da mundialização, a que eu chamo de globalização. Uma fase que, constatei através da observação dos dados e factos, começa nos anos oitenta do século passado e vem até aos nossos dias. É uma fase com um conjunto de características que lhe transmite um conjunto de especificidades e, simultaneamente, uma identidade.

Aproveitamos as vantagens da língua portuguesa, que permite utilizar o termo “mundialização” ou o termo “globalização”. Designamos por mundialização o processo de aproximação entre os homens e entre as instituições à escala mundial, cujo início se perde na sombra dos tempos, com diferentes períodos de aceleração ou recuo. Designo por globalização esta fase última da mundialização, os últimos trinta e alguns anos, que tem um conjunto de características próprias. É obviamente uma fase do capitalismo. Isto é uma verdade de La Palisse, mas para quem vive nos meios universitários já deixa de o ser porque o termo capitalismo desapareceu do vocabulário, deixou de se falar em economia capitalista, passou a falar-se em “economia de mercado”, em “empreendedorismo”, em “iniciativa”: a palavra capitalismo desapareceu!

O período da globalização é um período de capitalismo com um determinado tipo de características. É uma sociedade em que a informação tem um peso particularmente grande (“sociedade da informação”), mas que não invalida, como às vezes se pretende, os pilares fundamentais da forma de funcionamento do sistema: a separação da propriedade dos meios de produção e da força de trabalho. Esta fase é não só do capitalismo, mas do capitalismo com todas as características do imperialismo, levadas até às últimas consequências em termos da criação de produto, em termos da

repartição de rendimentos, em termos do domínio de uns sobre os outros etc., enfim em termos da caracterização feita por Lenine.

Já que estamos a utilizar uma série de conceitos que têm uma marca marxista muito acentuada, diga-se que a globalização confirma a importância da teoria do imperialismo, mas veio também, em certa medida, pôr em causa a teoria do capitalismo monopolista de Estado, exactamente pela componente de mundialização que assumiu, pelo enfraquecimento dos Estados em relação às empresas, pela forma de estas actuarem num quadro de “liberdade de circulação do capital”.

As características da globalização têm a ver, fundamentalmente, com factos económicos, mas eles vão marcar, como foi dito, todos os aspectos da vida social: não há nenhum acto que nós pratiquemos (alimentar, vestir, utilizar um computador, ver a Televisão) que não seja já o produto desta mundialização, da globalização. Esta molda-nos em todos os aspectos, dos usos e costumes aos hábitos, das relações pessoais e convívências aos sentimentos, da propagação das doenças ao crime etc. Ou seja, é algo que sendo, e tendo, uma dimensão fortemente económica, vem moldar os actos mais elementares do nosso quotidiano.

5. Ora bem e o que caracterizava esse período? A análise que pude fazer dos dados de natureza económica referentes às relações entre os homens (migrações, comércio externo, investimento directo estrangeiro, interligação dos mercados, etc.), mostra-me que muitas dinâmicas não sofreram alterações qualitativas no período da globalização. Sobre elas não me pronunciarei. Centrar-me-ei nos aspectos que são diferentes, novos ou qualitativamente diferentes nesta fase. Um primeiro aspecto, que é importante salientar, que não é de natureza económica, mas que a determina, é que há nesta fase um reforço brutal da ideologia neoliberal. E quando ponho o “neo” à frente do liberal é para dizer que se pega nas teorias liberais da hegemonia do indivíduo, do primado do indivíduo, da subestimação da sociedade, da defesa ideológica da liberdade individual, etc., mas tudo isto também é acompanhado por uma defesa de uma

diminuição da intervenção política, da intervenção do Estado. Portanto, não só há uma defesa dos valores liberais, como há um contra ataque dessa ideologia no sentido de neutralizar todas as forças que se lhe oponham, desde a redução sistemática da estrutura política e redução da mera gestão económica do Estado, no mero cumprimento das “regras do mercado” à leitura mitológica do chamado “mercado”. Reduz a personalidade humana à “racionalidade económica” e coloca os indivíduos, na plenitude do solipsismo, a reproduzir e a reinventar a realidade

O que me parece importante salientar é que é uma ideologia fortemente operacional, é uma ideologia que moldou as políticas, que moldou a forma de funcionamento do Estado, que moldou a organização da sociedade à escala mundial e portanto é uma ideologia com muita força de se impor e construir o seu mundo, desbravar o terreno para depois as forças vencedoras avançarem. Os fenómenos mais relevantes e específicos em toda esta fase referem-se claramente ao volume e à dinâmica dos mercados financeiros, e ao seu conflito com as relações económicas. Os mercados financeiros assumem proporções perfeitamente estrondosas: o volume de operações diárias à escala mundial na bolsa ultrapassava o valor do produto interno mundial de um ano; ou seja, as operações de compra e venda registadas nos mercados de títulos durante um dia (e depois havia toda uma série de outras operações fora dos mercados) representavam mais do que o produto interno bruto mundial de um ano de actividade económica. Há aqui uma acumulação de riqueza na actuação financeira, que é não só a utilização de valor criado no sector produtivo, no sector indústria em geral, mas que é simultaneamente um buraco negro, um sugador de recursos, até porque grande parte destas operações no mercado financeiro não tinha rigorosamente nada a ver com a actividade económica em geral ou com a actividade produtiva. Tratava-se mera e simplesmente de capital fictício, que em transacções sucessivas e em cadeia alimentava este mercado, sem qualquer tipo de relação com a actividade económica. O que é particularmente dramático neste jogo financeiro e fictício (na altura da escrita do livro não me apercebi disso, e só me foi claro já muito próximo da situação de crise) é que não eram apenas os mercados bolsistas

que estavam a servir de jogo no mercado especulativo, mas também o mercado dos produtos alimentares, do petróleo. Como a própria OPEP o declarou várias vezes, os aumentos do preço do petróleo nada tiveram a ver com custos de produção, com imposições de preços no jogo da oferta e da procura. Tiveram a ver com especulação bolsista. O que é particularmente dramático é que as pensões e reformas, os apoios sociais e outros aspectos da vida de milhões de cidadãos estejam dependentes deste “buraco negro” dos mercados financeiros, do capital fictício. Há um aumento brutal do capital fictício, quer em termos relativos, quer em termos absolutos e este enriquecimento do mercado financeiro traduz-se num empobrecimento da economia ou dos sectores produtivos.

Por um lado é um empolamento duradouro que começa nos anos oitenta e que vai sistematicamente crescendo, intensificando-se (agora utiliza-se o termo “bolha” para designar estes factos porque é um termo associado a algo que passa, já não se fala em crise, agora existem bolhas), mas isto entrava em choque com a própria possibilidade de utilização de capital no sector produtivo. E este era um dos aspectos mais relevantes da globalização.

A pergunta que se me colocava era: sendo os mercados financeiros processos em que não há criação de valor, em que há redistribuição e apropriação do valor criado, onde se vão buscar os recursos para este sistemático aumento de operações no mercado bolsista? E não é só o aumento acentuado no mercado bolsista, como o facto deste revelar capacidade para rapidamente recuperar de determinadas situações. Algumas crises “financeiras” deste período, embora envolvendo volumes de capital financeiro extremamente elevados, foram rapidamente resolvidas. Então poderia ter surgido uma crise financeira de proporções muito grandes, como se veio a revelar no início desta crise de sobreprodução em que nós estamos, mas houve uma capacidade de superação extremamente grande. Tudo isto reforçava a minha questão: donde provém o valor que é sucessivamente redistribuído nos mercados financeiros?

Todos sabemos que esse valor provém dos sectores produtivos e é apropriado pelo capital por diversas vias, tendo no seu cerne a

mais-valia. Todos sabemos isso, mas a análise das fontes de criação e apropriação de valor, umas aplicáveis a todas as fases do capitalismo, outras à fase imperialista e à globalização, não se me revelavam suficientes para permitir um hiato tão intenso, em crescimento e duradouro, entre o capital fictício e o capital produtivo. Por isso a pergunta mantinha-se.

A resposta a essa pergunta levou-me a formular uma hipótese que me parece, até prova em contrário, válida. É a de que estes mercados financeiros tinham, em parte, como contrapartida o desenvolvimento da economia não registada (ou economia subterrânea, ou economia sombra, como lhe queiram chamar). Pelo menos há uma constatação empírica: nos anos oitenta começa a haver este aumento de crescimento do mercado bolsista, mas também começa a haver um grande crescimento da economia não registada, que vai assumindo proporções sempre maiores: atinge no ano 2002 cerca de 17% do PIB no conjunto dos países da OCDE, em Portugal 21% e, quando avaliamos à escala mundial, temos valores próximos dos 20%.

Há aqui 20% das actividades económicas, 20% do PIB, que não são registados. Nestas actividades não registadas há algumas parcelas que são tradicionais, como a fuga ao fisco ou a fraude fiscal. Mas neste período assiste-se a um grande aumento de todo um conjunto de actividades ilegais, que vão da droga ao armamento, dos mercenários às espécies de animais em extinção, dos órgãos humanos à escravatura, etc.. Estas actividades ilegais têm uma intensificação extremamente grande. Numa outra parcela, que normalmente se designa por economia informal, há profundas alterações: tradicionalmente eram pequenas actividades de subsistência, mas começam agora a assumir em muitos países dimensões de capitalismo internacional, com acumulação enorme à escala mundial.

Defendi e defendo a tese de que o capitalismo para viver com essa hegemonia do capital financeiro tem que simultaneamente produzir e reproduzir uma economia subterrânea e uma economia ilegal, que em grande parte vai acompanhar todo este período e

que depois desemboca em fenómenos acentuados de fraude. O facto de termos um mercado financeiro que suga recursos à actividade económica, mas também à economia não registada, vem reforçar uma outra componente mundial muito importante que é a mundialização do branqueamento de capitais e das operações ligadas à criminalidade internacional. Portanto há aqui uma promiscuidade, se quisermos assim chamar de uma forma simplista, entre a economia ilegal e a legal com o envolvimento do grande capital.

Esta era a característica fundamental desse período, acompanhada de uma mundialização acelerada e de uma desarticulação das sociedades marginalizadas. Nunca se viveu tão mal em continentes marginalizados, nomeadamente em África. Há, pois, aqui processos de integração, como houve com alguns países da Ásia ou da América Latina e processos de desintegração no capitalismo mundial. Este período foi acompanhado pelos maiores níveis de desigualdade das condições de vida entre países e entre cidadãos. Isto é, as desigualdades à escala mundial e dentro dos próprios países acentuaram-se imenso durante este período. As desigualdades entre indivíduos normalmente são muito difíceis de analisar do ponto de vista estatístico, mas alguns estudos da Universidade das Nações Unidas vieram confirmar efectivamente esta situação, já antevista nas minhas análises.

Esta era a situação com que o mundo se defrontava em 2004 (data de publicação do livro) na caracterização da globalização. Então a questão que se colocava era: como é que vai evoluir esta situação?

Uma possibilidade era esta forma de funcionamento da economia continuar durante algum tempo mais, mas era relativamente notório que as contradições se acumulavam e elas só não explodiam porque tinham o suporte da teoria neoliberal e os próprios aparelhos de Estado acabavam por aceitar e submeterem-se à sua lógica, a esse tipo de funcionamento. Havia um peso crescente das empresas, quer em termos económicos, quer em termos sociais. Só faltava que nos países democráticos os governos para serem mais eficientes fossem entregues a empresas que geriam o Estado e depois logo se via! Ainda houve alguns indícios

políticos que anunciaram isso. Em alguns aspectos a prática já estava próxima dessa forma de “governar”. Em vez de contratar uma empresa para governar, contratam-se algumas empresas para escreverem os discursos dos ministros, para fazerem os planos políticos que se julgam o produto do funcionamento democrático das instituições. Até as ideias são muitas vezes criadas em empresas contratadas.

A segunda hipótese era surgirem situações de rotura neste processo. Era relativamente impossível de se manter a reprodução. Para além das condições objectivas Stiglitz influenciou o processo mostrando que o rei ia nu. A grande vantagem que teve a divulgação à escala mundial da obra do Stiglitz sobre a globalização foi exactamente mostrar, vindo de alguém que era insuspeito (vinha do próprio poder, digamos assim), mas com lucidez suficiente para compreender que esta situação era perfeitamente impossível de se manter, que era necessário procurar outro tipo de soluções.

Então, eu avançava com três hipóteses teóricas de ruptura:

- a) A primeira era a existência de uma crise. De facto as possibilidades de surgir uma crise estavam relativamente latentes em dinâmicas contraditórias das variáveis económicas.
- b) A segunda era uma tomada de posição unilateral dos Estados Unidos. A globalização era (é) a exportação para a escala mundial das formas de funcionamento do capitalismo americano, e os EUA era o único país que fugia, e podia fazê-lo, às regras do jogo. Diziam: nós defendemos o livre comércio ... mas depois eles impunham pautas à entrada do aço ou de outros produtos, quando a entrada “livre” provocasse prejuízos nos seus mercados internos. Liberalização plena, mas depois davam subsídios aos produtores de algodão, que arrasavam com os produtores de África e de outros países. Portanto se os Estados Unidos mudassem a sua política, se dissessem: “agora vamos fazer uma política proteccionista”, o modelo, que estava em causa, caía quase automaticamente. Não quer dizer que eles pudessem alguma vez estar interessados nisso, porque eles lideravam o processo, mas de facto tinham essa possibilidade.



c) A terceira hipótese era haver uma alteração na correlação de forças sociais, que permitisse uma luta anti globalização, que levasse ao desencadear de processos revolucionários nos diversos países.

Claro que esta última solução seria aquela em que as alterações seriam mais profundas. Só que a possibilidade disto resultar, devido ao agravamento das desigualdades sociais e outros aspectos, a uma intensificação da luta, não me parecia que fosse algo que estivesse latente, embora surgissem aqui e ali conflitos relevantes.

A hipótese de uma posição unilateral dos EUA alterava o modo de funcionamento da economia mundial, mas não alterava as regras do jogo do imperialismo no seu conjunto, pois só lhe mudaria a forma de funcionamento.

A crise era eventualmente a solução ou o acontecimento mais previsível e passados três anos ela desencadeou-se.

A crise apresenta efeitos contraditórios. Uma crise do capitalismo, seja ela qual for, e esta não escapava à regra, é, em grande medida, um elemento de rotura, é uma destruição de capital, é um mau estar social, é um agravamento das tensões e dos conflitos sociais. Alguns destes elementos podem provocar reacções em cadeia que levem a alterações profundas da situação. Contudo também é um elemento de reconstrução e recomposição do capitalismo. É através das crises que este se reorganiza, destruindo o que é obsoleto, destruindo a concorrência, concentrando-se mais, dominando os mais fracos, se reproduz desviando as contradições. A crise apresenta-se como um processo contraditório, com possíveis saídas múltiplas, indo da continuidade à ruptura. Então, utilizando a terminologia que me foi proposta para esta conferência, dizia que esta crise a desencadear-se poderia ser uma crise estrutural do capitalismo, no sentido que podia levar a alterações profundas.

Ora bem o que é que havia, quando olhamos para o passado – nesta análise situemo-nos em 2007, quando a crise começa a

desencadear-se — o que é que há que pode promover esta mudança? Quais são os sintomas de funcionamento do capitalismo anterior, desta fase da globalização, que nos permita dizer “há aqui condições para que ela seja uma alteração profunda da forma de funcionamento da economia”?

Um primeiro elemento é esta profunda rotura entre a dinâmica do financeiro e a do económico. Em muitas outras situações este conflito deu-se: ao aproximar das crises há sempre fuga do capital industrial para capital financeiro, onde a rentabilização é mais rápida e há maior possibilidade de liquidez. Mas nesta crise a rotura era muito mais profunda. Simultaneamente havia um alastramento desta economia sombra, desta economia subterrânea, e um alastramento da fraude, o que levava a que houvesse um questionamento dos problemas éticos como questão fundamental do capitalismo. Muitas pessoas, que não se opunham propriamente ao sistema económico, opunham-se à sua forma de funcionamento, ao agravamento das questões da droga, que tocava muitas famílias, aos problemas dos órgãos humanos, do rapto de crianças, da guerra, das situações de fraude. Tudo isto estimulava uma consciência ética, que de alguma forma também era contra a situação em que se vivia.

Também houve um agravamento muito grande das desigualdades entre países ricos e países pobres e, como já se disse, também entre cidadãos. Juntando estes dois elementos podíamos dizer que a crise, a desencadear-se, teria potencialidades para ser profundamente transformadora do funcionamento do capitalismo, para levar ao fim desta última fase da mundialização, da globalização. Fica em aberto, porque não era possível saber, até onde é que iria a própria destruição do imperialismo ou do capitalismo, nesta onda avassaladora.

Mas também havia factores que dificultavam em muito a mudança. Os dois primeiros, que estão interligados, são: a inexistência das economias socialistas e a pujança da ideologia neoliberal. Esta crise, contrariamente à crise de 1929-33, surge sem a ameaça da destruição do capitalismo: o fantasma que pairava em 1929, a revolução russa de 1917 e as movimentações operárias em toda

a Europa, era qualquer coisa que neste momento não existia. Pelo contrário, o capitalismo é o único sistema existente e não há ameaça do seu fim e isso não só deixa grande campo de manobra à actuação política, como também reforça a pujança do pensamento neoliberal que conseguiu, na minha opinião, perdurar durante a crise, com manobras de diversão e folclore aqui e acolá: a tese de afastamento do protecçãoismo e as reuniões do G20 e do G8, mostram que no fundo continua-se a raciocinar em termos neoliberais.

Simultaneamente, durante todo este período de hegemonia do capital fictício e da economia capitalista houve um enfraquecimento económico e político dos Estados. Os Estados entram na crise com uma capacidade de intervenção muito reduzida em relação à que tinham. É certo que quando da crise de 1929/33 o Estado acabava por ter capacidades diminutas e os organismos internacionais seguiam-lhe o caminho. Mas desde então e após a II Guerra Mundial a situação alterou-se. Comparando a situação actual com a dos anos das décadas de meados do século passado, os Estados aparecem mais débeis. Algumas grandes empresas e alguns grandes especuladores já tinham mais capacidade de impor as regras do jogo no mercado financeiro ou de fazer variar os preços dos produtos do que qualquer intervenção do Estado, o qual tinha feito, em grande medida, harakiri.

Qual foi o resultado disto tudo, em termos genéricos, na actual crise? A minha leitura, neste momento, da situação de crise que ainda hoje vivemos e vamos continuar a viver (não querendo dizer o que é que na próxima crise vai acontecer, não faço a mínima ideia, analisemos esta primeira) é que as políticas económicas que foram seguidas são de manifesta continuidade do processo. Uma reposição do capital especulativo, do capital bancário, à custa dos contribuintes (podemos dizer assim). De facto, toda a política económica foi de apoio ao capital especulativo. Houve uma opção clara de todos os Estados, a começar pelos EUA, pelo apoio ao capital financeiro, em detrimento do capital produtivo. Os argumentos são fortes — se falir o sector bancário é uma desgraça!

– mas insuficientes: também é uma desgraça se ele não falir! É verdade que todo o sistema de pensões e reformas estava, e está, muito dependente da especulação dos mercados bolsistas, mas também se podia canalizar recursos económicos para aí. Portanto, toda a política económica foi de apoio ao capital especulativo.

Na organização internacional, do ponto de vista económico, foram mantidas as mesmas tendências. Obviamente, depois deste período, o peso da Ásia, da China, vai ser diferente do que era no início, mas isso eram tendências que já se vinham claramente manifestando. Nas decisões do G20 nem se conseguiu reduzir minimamente o papel dos *offshores*, (de que o Reino Unido é o grande “proprietário” e portanto não estaria particularmente interessado), A luta de classes, na minha opinião, também não teve alterações qualitativas nem quantitativas que constituíssem qualquer tipo de ameaça; aliás assistiu-se ao congelamento dos salários, à redução dos salários e das parcas regalias sociais sem grande oposição e, muitas vezes, com a permissividade dos sindicatos e das comissões dos trabalhadores para aceitarem esse tipo de situações. Como não havia qualquer ameaça do fim do capitalismo, tudo se passou no sentido de uma reposição da globalização como existia, com mais ou menos entraves, mais ou menos dificuldades. Provavelmente quem menos sofrerá com esta crise vai ser uma grande parte do capital financeiro e do capital especulativo e quem mais sofrerá, mais uma vez, será o capital variável - os trabalhadores e muitas empresas do sector produtivo. É certo que a crise ainda não acabou, mas a tendência que eu diria dominante é para a continuidade da globalização. Esta crise será reconhecida, do ponto de vista histórico, como muito profunda, mas, para já, como uma fase da globalização, da continuidade da globalização.

Não sou optimista em relação a uma saída diferente. Procurei ler os dados e as tendências. A teoria das catástrofes ensina-nos que pequenos acontecimentos, às vezes desprezíveis e infinitesimais, podem gerar transformações profundas em cadeia. Ainda poderemos assistir a tal, mas não é essa, na minha opinião, a tendência dominante.

# ENCERRAMENTO

## *Sobre o Debate*

Às intervenções iniciais de Carlos Pimenta e de Carlos Carvalhas seguiu-se um curto período que seria para outros participantes colocarem questões, suscitarem dúvidas, contestarem afirmações feitas, etc.

A maioria das cerca de meia dúzia de intervenções verificadas teve uma preocupação comum – a de felicitar os oradores pela clareza e alta qualidade das suas intervenções. Algumas delas também não foram além de secundar pontos de vista expostos por aqueles.

Como questões polémicas ou que suscitaram dúvidas foram colocadas as seguintes:

- a) A chantagem dos EUA para impor a exclusividade do dólar como moeda de troca nas transacções internacionais e as consequências disto face à monumental dívida externa dos Estados Unidos.
- b) A questão da baixa tendencial da taxa de lucro, que não teria sido suficientemente desenvolvida e que seria a razão fundamental da crise.
- c) A afirmação de que o capitalismo monopolista de Estado desapareceu ou está a desaparecer.
- d) A importância estratégica da coexistência de cinco formações económicas na nossa Revolução Democrática Nacional e as consequências, para o avolumar da crise, da destruição desse equilíbrio iniciada com a contra revolução.

~~Mas afinal qual o objectivo dos capitalistas? Então não é a maximização do lucro?~~

## *Carlos Pimenta*

Algumas questões muito breves. De facto a felicidade dos povos está abaixo dos feijões, infelizmente é assim. Assistimos hoje a fenómenos que considerávamos historicamente ultrapassados.

É o caso da escravatura que hoje temos. O próprio National Geographic calcula em algumas dezenas de milhões o número de escravos a nível mundial, o que tem dado lugar a vários processos judiciais, onde os tribunais funcionam. Considerava-se ser um problema que se manifestava nas Antilhas ou na Índia, mas quando emigrantes portugueses são apanhados em situação de escravatura na Espanha ou na Holanda, aí os problemas fiaram mais fino. De facto, hoje temos uma mercantilização do homem como tínhamos no século XV ou XVI ou XVII, na fase mais dramática do que foi o comércio de escravos à escala mundial.

Se hoje voltámos a uma situação de escravatura, voltámos simultaneamente a uma progressiva desvalorização do que é o trabalhador e do que é o cidadão. Tudo gira à volta da lucratividade e do rendimento do capital e tudo o resto não interessa aos detentores e representantes do capital. Os mesmos cidadãos que vêm dizer com lágrimas de crocodilo que não se imaginariam a viver com 450 euros, são os mesmos que se opõem a qualquer aumento do salário mínimo. Isto é um dado, um dado. É preciso força suficiente para contrapor e isso é uma questão decisiva.

Comecemos por abordar a questão do “capitalismo monopolista de Estado”. Depois da análise da globalização coloco seriamente

a hipótese de que aquela fase do imperialismo não existisse em globalização. Localizemos historicamente. A tese leninista do imperialismo, fase última do capitalismo, representou um avanço importante. Agarrando o essencial da dinâmica político-económica caracterizou o capitalismo de uma forma que ainda hoje é válida, apesar das grandes mutações históricas verificadas desde então.

Depois, sobretudo por iniciativa do Partido Comunista Francês, criou-se a tese do capitalismo monopolista de Estado como subfase do imperialismo. Uma das componentes que aparecia nas concepções do capitalismo monopolista de Estado era uma estreita interligação entre os monopólios e o aparelho de Estado e um compromisso mútuo de salvaguarda e defesa dos interesses daqueles. Não se trata apenas de uma interligação do Estado e dos monopólios. Isso já era conhecido desde Marx. Era uma interligação, uma relação institucional, uma fusão do Estado com os monopólios. Ora ao que assistimos no processo da globalização foi a um domínio de tal maneira vincado das empresas que houve a subestimação do aparelho de Estado por aquelas. As multinacionais deixaram de se instalar nos territórios através de complôs e compromissos com o aparelho de Estado, passando pura e simplesmente a ignorar o Estado. As multinacionais com a tal liberdade de circulação de capitais passaram a ignorar os Estados, os Estados deixaram de fazer parte das suas estratégias de correlação de forças, porque elas próprias dominavam à escala mundial. É nessa medida que me parece que enquanto as teses do imperialismo mantêm toda a actualidade e se reforçaram durante este período, esta sacrossanta aliança entre as multinacionais e o aparelho político, que muitas vezes era encarada apenas a nível nacional, foi abandonada. Um caso flagrante é compararmos as estratégias internacionais de uma IBM, que passava sempre por comprar o Estado (digamos assim) onde se instalava, com as estratégias actuais de multinacionais às vezes mais pequenas, mas com uma liberdade de circulação de capital muito maior.

Falemos da baixa tendencial da taxa de lucro. A primeira coisa que eu lhe digo (*dirigindo-se directamente ao interpelante*) é que tenho pena que não tenha feito o doutoramento em estudos



africanos no Porto, porque poderia ter tido a possibilidade de desenvolver as suas teses. Ora bem, o problema é complicado. Talvez também por isso Marx estudou a tendência e a contratendência. Há aqui uma dimensão à escala mundial e uma dimensão à escala dos capitais dominantes. Creio que se tem assistido é a um sistemático processo de reinvenção de novas formas de utilização do capital e das relações internacionais para os capitais dominantes conseguirem impor uma contra tendência a essa tendência da diminuição da taxa de lucro.

Rosa Luxemburgo considerava que quando acabasse o colonialismo as economias desenvolvidas desmoronar-se-iam, exactamente por haver um conflito entre essa tendência à queda da taxa de lucro e a grande contratendência de então combater a diminuição da taxa de lucro, a exploração colonial. Mas ao que de facto temos assistido é claramente a um neocolonialismo exacerbado, assumindo formas muito mais violentas do que o próprio colonialismo (especialmente em África). Por exemplo, o colonialismo quando se instalava num território, para bem do seu próprio capital, desenvolvia infra-estruturas, estradas, caminhos-de-ferro, etc., porque era a forma dos seus produtos entrarem na colónia e de aproveitar as riquezas que essa colónia produzia. O que o Banco Mundial e o FMI têm feito a partir dos anos oitenta e dos planos de “estabilização estrutural” em África é desenvolver o mercado financeiro, as bolsas de valores, procurando captar os recursos perdidos em termos financeiros, existentes na base das grandes desigualdades na distribuição dos rendimentos, de modo a permitir depois a rentabilização dos mercados financeiros.

Penso que essa questão da tendência decrescente da taxa de lucro é uma questão vital para percebermos todo o mecanismo de estruturação do capitalismo, mas as formas de dominação neo-colonial, as formas de imposição de remunerações muito baixas, as formas inclusive de escravatura, como referi, têm sido contratendências relativamente eficazes a uma queda das taxas de lucro para os grandes capitais e para as grandes empresas multinacionais.